

OLHARES SOCIOLÓGICOS, IMAGENS DA POBREZA E CONCEPÇÕES DE TRABALHO SOCIAL¹

Guy Bajoit

Definir o “pobre” em termos de remuneração é, evidentemente, uma tautologia, vez que não se explicita as razões pelas quais o indivíduo é pobre, nem o meio pelo qual ele poderia deixar de sê-lo. Considerar uma pessoa pobre porque ela não dispõe de renda suficiente para alcançar esse ou aquele limiar, ou ainda defini-la como indigente, porque fica abaixo da renda mínima, é incontestável. Isso permite identificar, a grosso modo, as pessoas que necessitam de ajuda social, mas não nos diz nada de relevante à respeito da pobreza, nem de suas causas, nem de seus efeitos. Por conseguinte, essa perspectiva é restrita e dificulta conceber políticas sociais para remediar a pobreza.

IMAGENS DA POBREZA

Os sociólogos, que sempre tiveram a preocupação de auxiliar os atores na compreensão dos problemas sociais, de forma a poderem contribuir na sua resolução, entendem que o olhar sociológico sobre a pobreza deve se apoiar numa representação mais complexa, mais heurística e, por conseguinte, mais útil sobre esta questão.

Não é fácil fazer um inventário das inúmeras contribuições da sociologia para o conhecimento da problemática da pobreza. No entanto, notamos que os sociólogos “fotografaram” a pobreza a partir de diferentes ângulos, que obviamente não são incompatíveis entre si, mas todos a focalizam a partir de um aspecto diferente.

Nesse estudo, distingui quatro leituras, quatro imagens, quatro aspectos relativos ao pobre, tais como me parece que muitos sociólogos o viam ou o vêem.

1. O pobre como marginal: ele é pobre porque está mal socializado, ou porque foi socializa-

¹ Palestra apresentada no Colóquio Internacional: Políticas Públicas, Pobreza e Exclusão Social. UNIJUI, RS, novembro de 2003.

do no âmbito de uma sub-cultura, diferente da cultura da maioria das pessoas, não conseguindo modificar essa realidade porque está estigmatizado, fechado na sua cultura e estigmatizado pelo olhar dos outros (Oscar Lewis, Richard Hoggart, G. Simmel).

2. O pobre como explorado: ele é pobre porque se encontra na situação de explorado pela classe dominante, porque é alienado, empobrecido, excluído pelo funcionamento do capitalismo, não podendo sair dessa condição porque lhe falta proteção e assistência (Jean Labbens, Paul Vercauteren).
3. O pobre como dependente: ele é pobre porque lhe falta autonomia, e não ultrapassa essa situação porque não tem capital social suficiente: associativismo, informações, formação, confiança, autonomia (Klinsberg, Tomassini, Putnam).
4. O pobre como desfilado: ele é pobre porque está isolado, atomizado, desencorajado, e não consegue sair desta situação porque não participa de formas de solidariedade organizada (R. Castel, S. Paugam).

Vemos que essas quatro concepções mantêm relações entre si: são simultaneamente complementares e opostas. Pareceu-me, então, interessante pensar a respeito dessas relações.

Concepções do contrato social

Primeiramente, estas leituras derivam, implícita ou explicitamente, de duas representações diferentes do contrato social, ou seja, da idéia construída por uma coletividade de que requisitos os seus membros devem atender para que seus interesses sejam reconhecidos como legítimos e considerados pela solidariedade instituída.

Uma primeira concepção do contrato social baseia-se na idéia da igualdade: a igualdade formal, proclamada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, constitui o fundamento mínimo de uma igualdade que, cada vez mais, se torna realidade, na medida em que o aumen-

to das riquezas produzidas torna possível sua redistribuição. A legitimidade dessa igualdade está fundamentada sobre as necessidades materiais das pessoas: “para cada um, de acordo suas necessidades”. Passar por necessidades materiais é, aqui, a condição que o indivíduo deve ter (e provar) para poder se beneficiar legitimamente da ajuda instituída pela coletividade e administrada pelo Estado. Reconhecemos, aí, a concepção que prevaleceu durante toda a primeira fase da modernidade, a da sociedade industrial, capitalista, socialista ou comunista.

Uma segunda concepção do contrato social baseia-se, predominantemente, sobre uma idéia muito diferente, a da equidade. A diferença mais importante é que aqui não basta apenas o indivíduo atender (e provar) que tem necessidades materiais, para ter um acesso legítimo à ajuda instituída, mas supõe também o que proponho denominar compromisso. Ou seja, ele não deve apenas provar que está em situação de carência das necessidades, mas também que está fazendo o máximo possível para ultrapassar a sua condição de pobreza. Ele deve mostrar civismo, vontade de ser autônomo, senso de responsabilidade, desejo de cuidar de si, de ser um ator social, individual ou coletivamente.

Quando lemos a obra de R. Castel (*Les métamorphoses de la question sociale* [As metamorfoses da questão social]), entende-se que estas duas concepções do contrato social existem desde que o Estado começou a assumir a questão da pobreza (desde a Idade Média e não apenas desde o início da era industrial). Sempre os pobres, para se beneficiarem da ajuda social, tiveram que provar que realmente passavam necessidades (que eles não eram aproveitadores); de aceitar que seu desejo de viver em algum lugar fosse controlado (que eles não eram vagabundos) e de mostrar que queriam trabalhar (para provar que não eram preguiçosos). No entanto, se essas duas leituras já existem há séculos, parece que a primeira versão corresponde mais à primeira etapa da modernidade, enquanto que a segunda está se impondo em todos os

lugares, devido à crise da década de 1970 - 80, em função da mutação tecnológica, econômica, política, social, cultural em curso, atualmente.

Concepções da política social

Se as quatro faces da pobreza diferem entre si segundo a concepção do contrato social, elas também se diferenciam de acordo com a idéia que temos sobre a política social adequada a ser aplicada para resolver o problema, para ajudar os pobres a “saírem dessa” situação. Neste sentido, deve-se distinguir aqui duas grandes tendências.

Na primeira, o pobre é considerado como responsável por sua condição, cabendo a ele próprio fazer o que for necessário, com a ajuda de pessoas especializadas, para resolver a sua situação. O funcionamento da sociedade não é, de forma alguma, questionado: é o pobre que deve buscar se adaptar às exigências da sociedade onde vive, que deve se integrar aos papéis sociais, interiorizar os valores e as normas e adquirir os recursos necessários para se tornar autônomo e, não precisando mais, desta forma, ser ajudado.

Na segunda, pelo contrário, a pobreza é vista como um produto do funcionamento do

sistema: este contém relações sociais de dominação que determinam desigualdades, desemprego, exclusão e desfiliação. Desta perspectiva, para que o pobre possa mudar a sua realidade, é necessário que a sociedade se volte para as suas necessidades: ou ela o assiste indefinidamente, ou ela modifica o seu funcionamento para reinseri-lo na vida ativa. No entanto, o sistema não se transformará automaticamente para dar direito aos pobres; para que ele contemple as necessidades dos pobres, é preciso que um movimento social ou político imponha, pela luta e pelo conflito, os interesses das classes populares, dos dominados e dos excluídos.

Cada uma dessas “imagens da pobreza” que foram identificadas se inscreve, assim, em uma evolução histórica das concepções dominantes do contrato social e da política social. Assim, na Bélgica, na década de 1920, no momento em que o Estado formou pessoal especializado, para implementar sua política social em benefício dos pobres, estes foram considerados, sobretudo, como pessoas mal socializadas, incapazes de exercerem corretamente seus papéis sociais, logo, consideradas marginais e, até mesmo, delinqüentes em potencial. Só com o progresso acumulado a partir das conquistas das lutas sociais, organizadas pelo movimento operá-

AS IMAGENS DA POBREZA SOB UM PONTO DE VISTA SOCIOLOGICO		Concepções do Contrato Social	
		Contrato de igualdade (para cada um segundo suas necessidades)	Contrato de equidade (para cada um segundo sua forma de inserção)
Concepções da Política Social	Adaptar os pobres às exigências do sistema	Paradigma da Integração Leitura culturalista <i>Pobre = marginal</i> TS: normalizar, disciplinar, integrar	Paradigma da competição Leitura utilitarista <i>Pobre = dependente</i> TS: ativação, responsabilização, autonomia
	Adaptar o sistema às necessidades dos pobres	Paradigma da Alienação Leitura classista <i>Pobre = explorado</i> TS: proteção social, assistência, previdência social	Paradigma do conflito Leitura da ação <i>Pobre = desfiliado</i> TS: conscientizar, mobilizar, solidarizar

TS: Trabalho Social

rio e continuadas pelos socialistas e pelos sociais cristãos é que, gradativamente essa imagem foi mudada. No âmbito de um contrato social baseado na igualdade, principalmente com o pacto social de 1944, admitiu-se, pouco a pouco, que os pobres eram explorados e que precisavam de assistência: assim ajustou-se o sistema da previdência social do Estado provedor. Posteriormente, com a crise dos anos 1970 - 80, mudaram-se tanto as concepções do contrato social quanto as da política social, tendo como corolário a idéia de que os pobres são concebidos, cada vez mais, como pessoas dependentes e sem autonomia e que os aproveitadores devem ser controlados. Enfim, a última leitura parece corresponder às reivindicações dos trabalhadores sociais e às lutas sociais de hoje: para deixarem de ser desfilia-dos, os pobres devem desenvolver a solidariedade entre si e com o coletivo.

AS CONCEPÇÕES DO TRABALHO SOCIAL (TS)

As representações do contrato social e da política social condicionam, evidentemente, a formação dos “trabalhadores sociais” nas escolas e os critérios que consideram sobre como “fazer bem feito” o seu trabalho. É claro que cada um pode tentar combinar essas quatro leituras da maneira como preferir, mas seu grau de liberdade, na maioria das vezes, é bastante reduzido. Submetido a um controle mais ou menos rígido por parte dos responsáveis pelas instituições de ajuda e, também, por parte dos colegas, o trabalhador social não tem muita liberdade para exercer sua profissão.

No princípio, os trabalhadores sociais profissionais (então chamados “inspetores dos pobres”) tinham como missão ressocializar, normalizar, disciplinar os pobres. Era necessário ensinar-lhes a desenvolver corretamente os papéis que se esperavam deles: que os homens se submetessem à disciplina das fábricas, evitassem o alcoolismo, não batessem nas suas mulheres ou filhos; que as esposas gerissem conve-

nientemente as despesas da família; mantivessem a casa limpa, educassem os filhos e os mandassem à escola; que estes, por sua vez, se comportassem corretamente e aprendessem a trabalhar em ofícios úteis à economia do país. Somente assim eles poderiam se integrar melhor à vida da nação, participar do progresso social e melhorar gradativamente suas condições de vida.

No período entre-guerras, o movimento operário e o socialismo se reforçaram consideravelmente. O *new deal* e o fordismo começaram a apresentar seus efeitos na Europa. Após a Grande Crise de 1929, com o keynesianismo, a intervenção do Estado se consolidou. Tudo isso possibilitou, principalmente após a Segunda Guerra mundial, a instauração de um pacto, que se expressará no Estado provedor e nas leis que consagravam as conquistas de um século de lutas de classe. Além da previdência social, financiada pela renda do trabalho, instaurou-se a assistência social, financiada pelo imposto de renda. Essas mudanças essenciais tiveram profundas repercussões sobre exercício do trabalhador social. Após, seu objetivo foi o de assegurar uma certa redistribuição dos ganhos resultantes do aumento da produtividade do trabalho, ao longo dos “trinta gloriosos anos” que sucederam a guerra. Estes trabalhadores tiveram por objetivo assistir aos pobres e protegê-los, dentro das limitações dos recursos disponíveis. Como seu próprio nome diz, eles eram assistentes sociais.

Alguns países latino-americanos, nos quais as idéias socialistas penetraram graças à influência dos emigrantes europeus ligados ao sindicalismo, também implantaram esse “Estado de bem-estar social”. Foi essencialmente o caso dos países do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Brasil), onde governos progressistas tentaram instaurar esse sistema de previdência social, implantando, inclusive, medidas muitas vezes mais amplas que aquelas vigentes na Europa, apesar de suas rendas não os permitir, tanto pelo caráter de dependência desses países, como dada a fragilidade de sua economia. Essa é a razão pela qual esses governos foram chamados de “populistas”.

Com a crise dos anos 1970 - 80 começa a aparecer a resposta neoliberal. A redução do protecionismo alfandegário e a expansão do “livre comércio” intensificaram a concorrência nos mercados mundiais e exigiram que as empresas reforçassem a sua capacidade competitiva. Para aumentar essa capacidade, os empresários e os governantes exerceram, então, pressões cada vez mais fortes para baixar o custo do trabalho e os impostos, os quais representam justamente as duas fontes de financiamento das políticas sociais. Era preciso dificultar o acesso à previdência e à assistência social. Cada vez mais os Estados neoliberais começaram a implementar uma nova concepção da política social baseada na ativação dos desempregados e dos pobres. Essa concepção, no entanto, baseia-se numa crítica à assistência: esta teria o efeito perverso de manter os beneficiários na pobreza, visto que o acesso a tais benefícios reforçaria sua passividade e seu interesse em manter-se na pobreza. Logo, é necessário submeter o auxílio social à critérios de concessão cada vez mais rigorosos, combatendo os aproveitadores; deve-se estimular, por todos os meios, o civismo, a autonomia, a responsabilidade individual, tudo que possa “ativar” o pobre e incentivá-lo a ultrapassar, por si mesmos e o mais rápido possível, desta condição. Essa evolução vem acontecendo a vinte anos nos países europeus e está longe de chegar ao seu fim: o antigo regime resiste à mudança, mas, pouco a pouco, vem cedendo a estas.

Neste novo contexto, a concepção do trabalho social muda uma vez mais: os “assistentes” sociais são, cada vez mais, denominados “trabalhadores sociais” e, com recursos financeiros claramente insuficientes, devem enfrentar o aumento da exclusão, “ativar” os pobres, ajudá-los a reencontrar a sua capacidade de reinserção na vida social e econômica, responsabilizá-los enquanto indivíduos, reforçando sua capacidade de autonomia. Este processo pode ser observado na legislação. Um sintoma nítido dessa tendência é uma palavra empregada na Bélgica para designar a instituição encarregada de cuidar dos

pobres: de 1925 a 1976, denominava-se CAP (Comissão de Assistência Pública); em seguida, a letra A de “Assistência” passou a significar “Ajuda” (CPAS: Centro Público de Ajuda Social), e, logo, esta mesma letra A, sem mudar a sigla, significará “Ação” (CPAS: Centro Público de Ação Social).

Da mesma forma que o movimento operário e socialista foi, nos anos entre e pós guerra, o carro-chefe de uma mudança de concepção da política social, pode-se pensar que os movimentos sociais de hoje (considerando todos os grupos pertencentes ao setor denominado, na Bélgica, de “não-comércio”: solidariedade com os excluídos e desempregados, atores da educação e da saúde, bem como os defensores do serviço público) são portadores de uma nova visão da política social. Na percepção do “Estado social ativo”, melhor seria dizer “ativador”, cujo objetivo é reforçar a capacidade dos indivíduos de encontrarem soluções por si mesmos, de voltarem a ser consumidores competitivos, estes movimentos parecem opor uma nova concepção da política social baseada na solidariedade entre os cidadãos ativos. O futuro dirá se eles terão força para impor sua interpretação da equidade da mesma forma que o movimento operário, em um século de luta, soube impor a sua concepção de igualdade.

POBREZA E OLHARES SOCIOLÓGICOS

Parece que existem laços complexos entre, de um lado, as concepções do contrato social e da política social e, de outro, os paradigmas fundadores das tradições e das teorias sociológicas. Laços complexos, laços “umbilicais”, entre os atores e os sociólogos. Os primeiros necessitam das análises destes e da “garantia de cientificidade” que podem aportar-lhes. Por sua vez, os sociólogos, para realizarem suas pesquisas, precisam conhecer as questões postas por esses atores, como também os financiamentos que esses atores podem propor-lhes. No âmbito da realidade atual, no entanto, uns e outros, es-

tão imersos nos modelos culturais e nas ideologias vigentes. Tanto para os sociólogos como para os atores, distanciar-se desta situação não é fácil: escapar da moda cultural é, sem dúvida, uns dos mais difíceis exercícios.

Assim, frente ao problema da pobreza, podemos observar que existe um laço “umbilical” entre, de um lado, uma visão do pobre enquanto marginal e uma concepção do trabalho social enquanto normalização e, de outro lado, uma concepção da sociedade considerada como conjunto integrado de papéis sociais estruturados por valores e normas, baseados no controle normativo (paradigma da integração). Tem-se aí uma clara afinidade eletiva que engendra uma inspiração recíproca.

Parece que as outras concepções ocorrem da mesma forma. Considerando-se o pobre como sendo um explorado e a ajuda social como um trabalho de proteção e assistência, pode-se entender que nos inspiramos e que inspiramos os sociólogos que vêem a sociedade como um sistema de dominação, embasado de desigualdades entre classes (paradigma da alienação).

Da mesma maneira, considerando-se o pobre enquanto ser dependente e o trabalho social enquanto obra de autonomização e de responsabilização dos indivíduos, é normal que se concorde com os sociólogos que a sociedade é constituída de um conjunto de atores hábeis voltados para maximizar os seus ganhos e minimizar seus custos (paradigma da competição).

Enfim, considerando-se o pobre como desfilado e que o trabalho social consiste em restaurar sua capacidade de solidariedade, afina-se o sentimento com aqueles sociólogos que vêem a sociedade como um conjunto de atores coletivos, de movimentos sociais em conflito entre si (paradigma do conflito).

Todas essas leituras são provavelmente pertinentes: as imagens são boas. O pobre, certamente, é tudo isso ao mesmo tempo: um marginal, um explorado, uma pessoa dependente e um desfilado. O problema, evidentemente, é que cada uma dessas leituras, feitas separadamente, reduzem o pobre a uma só dimensão, simplificando excessivamente o problema (da mesma for-

ma que uma foto reduz a pessoa fotografada a uma figura plana, mostrando apenas uma parte do que ela é, escondendo outros aspectos de sua realidade).

Sem desconsiderar as pontuações tão importantes dessas quatro leituras, seria necessário ir além dessas percepções redutoras da pobreza e buscar criar uma leitura mais complexa e em maior conformidade com a realidade da pobreza tal como ela é vivida hoje pelos que estão inseridos nessas condições.

Hoje em dia tal realização é possível exatamente porque a mudança do modelo cultural vista a duas ou três décadas possibilita-nos pensar aquilo que ontem era impensável: ou seja, permite as pessoas se distanciarem dos paradigmas doravante “clássicos” da sociologia e, mais, inventarem um novo paradigma.

Este paradigma, que o presente estudo propõe nomear “identitário”, concebe a sociedade como um conjunto de indivíduos em busca da auto-realização de sua identidade pessoal. Resumindo, auto-realizar a sua identidade significa ser capaz de conseguir três “bens” fundamentais: o reconhecimento social (conciliar a identidade assumida com a identidade atribuída), realização pessoal (conciliar a identidade assumida com a identidade desejada) e a consonância existencial (conciliar a identidade atribuída com a identidade desejada).

Logo, o pobre dos dias atuais, vivendo na sociedades de informação e de consumo, vive sua pobreza negando sua identidade: ele se sente negado (renegado, denegado), não consegue alcançar nenhum dos três “bens” citados acima e vive, então, tensões identitárias difíceis de serem suportadas.

Tal concepção da pobreza permitiria conceber políticas sociais e, conseqüentemente, o trabalho social de maneira original, com o objetivo de restaurar a dignidade dos pobres, trabalhar com eles a sua identidade pessoal, ajudá-los a restaurar sua auto-estima e reencontrar a motivação que lhes permitiria sair de sua condição.

(Recebido para publicação em dezembro de 2003)

(Aceito em abril de 2004)